

CRISTINA SCHEIBE WOLFF<sup>1</sup>

«Revista Estudos Feministas»: *uma trajetória de desafios*

A «Revista Estudos Feministas» («REF») é hoje a principal publicação na área dos estudos de gênero, feminismos e sexualidades no Brasil, e uma das principais na América Latina.<sup>2</sup> Ela está disponível online de forma aberta em diversos portais, especialmente no Portal de Periódicos da UFSC (<https://periodicos.ufsc.br/index/ref>), no Scielo ([www.scielo/ref](http://www.scielo/ref)) e na Redalyc (<https://www.redalyc.org/revista.oa?id=381&numero=43846>), e indexada em diversos índices internacionais. A revista é quadrimestral, ou seja, publica 3 números por ano. Nos últimos anos, o número de acessos contabilizados através dos portais foi de um milhão e quinhentos mil, aproximadamente, e de quinhentos mil downloads de artigos por ano. Sua publicação, no entanto, tem sido, desde o início, um desafio em vários sentidos.

Em primeiro lugar, é um desafio a uma sociedade que mantém altos índices de violência contra as mulheres e populações LGBT+<sup>3</sup>

1 Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina e uma das coordenadoras editoriais da «Revista Estudos Feministas» («REF»). Gostaria de fazer um agradecimento especial a minhas colegas da Coordenação Editorial da «REF» Mara Coelho de Souza Lago, Tânia Regina de Oliveira Ramos e Luzinete Simões Minella, à Editora Assistente Adriana Barth Barbaresco e às bolsistas Maria Luiza da Silva Ortiz e Ana Carolina Salomão Gonçalves, que me auxiliaram com dados e discussões. Agradeço também ao CNPq, Processo 309075/2017-7. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

2 São também muito significativas no Brasil as revistas «Cadernos Pagu», «Ártemis», «Feminismos» e «Labrys», entre outras.

3 O Atlas da Violência 2019 indica uma taxa de 4,7 mulheres assassinadas a cada 100 mil no Brasil em 2017, implicando em um aumento dos feminicídios na

e uma grande desigualdade de renda entre mulheres e homens, que se aprofunda ainda mais com o racismo.<sup>4</sup> Em segundo lugar, tem sido também um desafio publicar uma revista de qualidade, que atenda a todas as exigências internacionais das publicações científicas, sem que haja uma política consistente de auxílio financeiro governamental ou institucional. Mas temos enfrentado estes desafios de forma feminista: coletivamente, de mãos dadas, trabalhando com nossas diferenças e possibilidades de alianças, de maneira sempre interdisciplinar e aberta a novos projetos e debates.

### *Um pouco de história*

A «REF» nasceu em 1992, no Rio de Janeiro, a partir de um projeto elaborado por um conjunto de pesquisadoras dos estudos sobre mulheres e gênero no Brasil, e com o incentivo da Fundação Ford. Segundo Lena Lavinias, primeira editora responsável pela revista, no texto do primeiro editorial:

A criação da Revista Estudos Feministas, além de servir como canal de expressão dos movimentos sociais de mulheres, pretende, antes de mais nada, difundir o conhecimento de ponta na área dos estudos feministas, ampliando e aprimorando esse campo de estudo não apenas entre especialistas, mas também entre este e os demais campos de conhecimento.<sup>5</sup>

A revista foi gestada a partir de um encontro de acadêmicas que estudavam questões sobre mulheres e gênero, promovido pela Fundação Carlos Chagas, uma instituição muito respeitada no Brasil

década de 2007 a 2017. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, *Atlas da violência 2019*, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019, pp. 35-48, disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf)

4 «De uma forma geral, as mulheres brasileiras ganham, em média, 76% da remuneração masculina, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Mulheres negras recebem ainda menos: 43% dos salários dos homens brancos», IPEA, *Mulheres ganham 76% da remuneração dos homens*, 15 março 2019, publicado em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34627%3Amulheres-ganham-76-da-remuneracao-dos-homens&catid=10%3Aisoc&directory=1&Itemid=1](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34627%3Amulheres-ganham-76-da-remuneracao-dos-homens&catid=10%3Aisoc&directory=1&Itemid=1)

5 Lena Lavinias, *Editorial*, «Revista Estudos Feministas» («REF»), 1992, n. 0, p. 3.

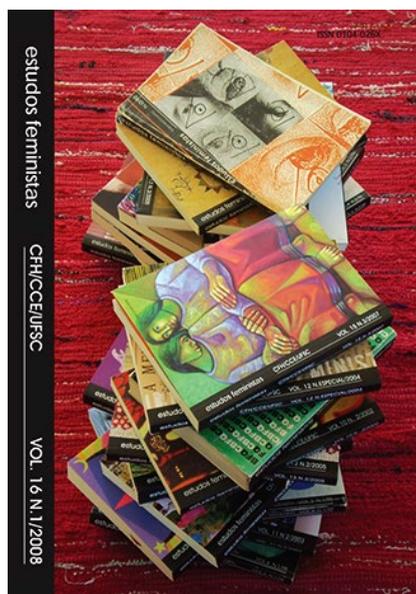


Fig. 1. *Capa da «Revista Estudos feministas», 16, 2008, n.1*

por suas pesquisas na área da educação e dos estudos sobre mulheres e trabalho. O encontro, denominado *Estudos sobre a Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas*, realizado em 1990, com apoio da Fundação Ford, visava estabelecer uma agenda para a consolidação dos estudos sobre mulheres e gênero no Brasil. Uma das estratégias pensadas naquele momento foi a criação de uma revista que tivesse o duplo papel de divulgar os estudos realizados nas universidades e centros de pesquisa brasileiros, vinculados ou não com movimentos sociais de mulheres, e também, ao mesmo tempo, através da publicação de traduções de artigos publicados internacionalmente, desse acesso às próprias acadêmicas, bem como às ativistas do campo, às discussões consideradas “de ponta”, nestes estudos.<sup>6</sup>

O projeto da revista foi então pensado por uma comissão, composta por Ana Vicentini (Letras e Psicanálise), Heloisa Buarque de Hollanda (Crítica Literária), Lena Lavinias (Economia), Maria Odila Silva Dias (História) e Albertina de Oliveira Costa (Sociologia). Logo depois se incorporaram ao comitê editorial BilaSorj (Sociolo-

<sup>6</sup> Albertina Costa, *Revista Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro, «REF», 12, 2004, número especial*, pp. 205-210.

gia), Maria Luiza Heilborn (Antropologia), Maria Lucia Mott (História) e Mary Garcia Castro (Sociologia). A «REF» já nasceu assim interdisciplinar, e, apesar de ser abrigada naquele momento na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o comitê editorial tinha pessoas de várias instituições. Contava também nesses anos com o financiamento da Fundação Ford, que permitia, por exemplo, a contratação de uma Editora Assistente, e a impressão da revista. A revista foi impressa de 1992 até 2015.

A partir de 1998, porém, o projeto com a Fundação Ford terminou. Apesar de ter assinantes, a revista não conseguia manter a estrutura necessária à sua publicação naquele modelo anterior. Neste ano, começaram as negociações para uma nova alocação institucional da «REF» na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, Sul do Brasil.

O que hoje constitui o Instituto de Estudos de Gênero da UFSC começou com algumas reuniões a partir de 1984 das pesquisadoras da universidade que estudavam temas ligados às mulheres, gênero e sexualidades. Esta organização foi se consolidando principalmente através da organização do primeiro Seminário Fazendo Gênero em 1994. Este seminário iniciou com uma proposta bastante modesta, de reunir todas as pesquisas sobre gênero e mulheres realizadas na UFSC, mas tornou-se um evento regular, realizado a cada dois anos, e depois de 2014, a cada três anos, e que cresceu consistentemente a cada edição.<sup>7</sup> Em 1998, durante o Fazendo Gênero 3, que já contava com quase 700 participantes, chegou a proposta para que a UFSC passasse a editar a Revista. Apesar de não contar mais com o financiamento da Ford, o coletivo interdisciplinar da UFSC, liderado naquele momento por Miriam Grossi e Claudia Lima Costa, decidiu aceitar o desafio da edição da «REF».<sup>8</sup>

Quem formava este coletivo interdisciplinar? Naquele momento, eram professoras de vários departamentos da UFSC que incluíam os seguintes: Antropologia, Sociologia, História, Literatura, Serviço Social, Psicologia, Enfermagem e Saúde Pública. Ao longo desses anos este coletivo foi se ampliando, e agregando também: Educação, Filosofia, Jornalismo, Cinema, Design, Geografia, Relações Internacionais, Direito. Atualmente também estamos fazendo pontes com um grupo que se forma nas ciências biológicas e duras (Química,

7 O website [www.fazendogenero.ufsc.br](http://www.fazendogenero.ufsc.br) reúne um grande número de informações.

8 Sobre isso ver Miriam Grossi, *A revista estudos feministas faz 10 anos. Uma breve história do feminismo no Brasil*, «REF», 12, 2004, número especial, pp. 211-221.

Física, Oceanografia, Biologia, Engenharias). Além das professoras, esse grupo passou aos poucos a contar com as e os estudantes de graduação, mestrado e doutorado. Por causa da estrutura da UFSC, em departamentos e cursos disciplinares, cada pequeno grupo acabou por criar um laboratório ou núcleo de pesquisa. Somente em 2005 foi criado o IEG, Instituto de Estudos de Gênero, com uma estrutura interdisciplinar, para abrigar as ações que já eram realizadas: a edição da «REF», a organização dos seminários internacionais Fazendo Gênero, cursos e palestras. Hoje o IEG congrega 20 núcleos e laboratórios de pesquisa, e está organizado em torno de cinco ações principais: a Revista Estudos Feministas, o Seminário Internacional Fazendo Gênero ([www.fazendogenero.ufsc.br](http://www.fazendogenero.ufsc.br)), o Centro de Documentação do IEG (<http://www.ieg.ufsc.br/cedoc.php>), o Espaço Cultural Gênero e Diversidades (<https://www.facebook.com/espacoculturalgeneroediversidades>), a área de concentração Estudos de Gênero do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (<https://ppgich.ufsc.br/>), os cursos de extensão que incluem os cursos de curta duração sobre gênero e feminismos e o Fórum de Movimentos Sociais (em constituição).<sup>9</sup> Além disso, o IEG procura divulgar as ações dos diversos núcleos e as coletivas. É publicado um boletim mensal do IEG, e no início de cada semestre, por exemplo, são divulgadas todas as disciplinas sobre gênero, mulheres, sexualidades oferecidas na UFSC, favorecendo a circulação de estudantes entre os vários cursos de graduação e pós-graduação.

Essas professoras que trouxeram a «REF» para Florianópolis, em 1999 eram pesquisadoras relativamente jovens, com algumas que se destacavam nacionalmente com publicações no campo dos estudos de gênero. Aos poucos, foram constituindo os núcleos e atraindo jovens professoras de suas áreas e de outras áreas também. A partir da década de 2010, aconteceu uma importante transformação no campo do feminismo no Brasil (e acredito que no mundo), que influenciou de certa maneira uma renovação significativa e a ampliação de espaços do IEG.<sup>10</sup> Voltarei a essa questão mais a frente.

Desde que a revista foi incorporada pela equipe de Florianópolis, sem contar com os mesmos recursos que tinha no Rio de Janeiro,

9 Mais informações sobre o IEG e os núcleos e laboratórios que o constituem podem ser encontradas em [www.ieg.ufsc.br](http://www.ieg.ufsc.br).

10 Sobre isso ver Cara Snyder, Cristina Wolff, *The Perfect Misogynist Storm and The Electromagnetic Shape of Feminism: Weathering Brazil's Political Crisis*, «Journal of International Women's Studies», 20, 2019, n. 8, pp. 87-109, disponível em: <https://vc.bridgew.edu/jiws/vol20/iss8/6>

foi muito importante organizar seu funcionamento. A editoria teve naquele momento, 1999, o apoio decisivo do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, que disponibilizou uma pequena sala e uma funcionária para a revista, além de cotas de correio. Miriam Grossi e Claudia Lima Costa, depois juntamente com Luzinete Minella, coordenaram a reestruturação editorial, criando um comitê editorial executivo, envolvendo outras professoras, todas trabalhando voluntariamente. Também deram os primeiros passos no sentido da publicação on-line da revista, de sua incorporação à coleção do Scielo, e sua indexação em diversos importantes indexadores internacionais.

Aos poucos, foi sendo criada, especialmente por iniciativa de Luzinete Minella, quando esteve a frente da editoria geral da revista, uma estrutura mais coletiva de trabalho que inclui as seguintes editorias:

Coordenação Geral – formada atualmente por quatro pessoas. Responsável por coordenar a edição, fazer projetos e obter fundos, contratar revisoras e diagramadoras, organizar o sumário de cada número e escrever o editorial, receber as avaliações de artigos e editar os pareceres para as autoras, coordenar o trabalho da secretaria. A coordenação editorial também recebe e submete à avaliação propostas de Seções Temáticas. Há uma editora assistente, e estagiárias bolsistas que auxiliam com o trâmite dos artigos no sistema, o envio para avaliadores, checagem dos artigos.

Editoria de Artigos – atualmente dez pessoas. Responsável por uma primeira leitura dos artigos, e seu envio a avaliadoras externas, e depois por avaliar as rerepresentações de artigos. Atualmente a «REF» recebe em torno de 60 artigos por mês. Cerca de 30 a 40% destes é rejeitada na primeira leitura, e os outros vão a pareceristas externas. A Editoria de artigos reúne-se mensalmente. Esta editoria também propõe seções de artigos temáticos, quando há um conjunto significativo de artigos sobre um determinado tema considerado importante.

Editoria de Resenhas – atualmente quatro pessoas. Essa editoria recebe e avalia as resenhas de livros (book reviews), solicita modificações às autoras e aprova as resenhas publicadas a cada número.

Editoria de Dossiês – formada por quatro pessoas. Os dossiês são propostos por pesquisadoras ou oriundos de movimentos sociais, mas devem propor discussões, em artigos, relatos de experiências e entrevistas, relacionados às questões dos movimentos feministas ou relacionados ao gênero e sexualidade.

Editoria de Debates – quatro pessoas. A seção debates geralmente traz um artigo significativo para os debates epistemológicos

do pensamento feminista, eventualmente traduzido ou republicado, e artigos de comentários, convidados pela editoria.

Editoria de Entrevistas – cinco pessoas. As entrevistas são submetidas à revista, e compõem a sessão ponto de vista juntamente com os ensaios. A editoria tem o trabalho de avaliar, orientar a edição das entrevistas, e eventualmente propor novas entrevistas.

Editoria de Divulgação – a pessoa encarregada desta editoria elabora textos e outros materiais de divulgação da revista que são publicados em blogs, como o Scielo em Perspectiva e as redes sociais. Aliás, em 2019 a editoria fez um grande trabalho de divulgação publicado em <https://humanas.blog.scielo.org/blog/category/semana-ref/><sup>11</sup>

Editoria de Internacionalização – Nos últimos anos há uma cobrança muito grande no Brasil de que as revistas sejam internacionais. A «REF» é uma revista internacional, recebendo muitos artigos, cerca 30%, de outros países, mas principalmente de países de língua portuguesa e espanhola. Desde 2017 a revista também publica artigos em inglês. Esta editoria está encarregada de trabalhar com estes artigos.

### *Temas e questões em debate*

A «Revista Estudos Feministas» publica artigos que chegam espontaneamente, mas também são organizadas seções temáticas, dossiês e sessões debates. Dessa forma, alguns temas são trazidos pela própria editoria ou chegam à editoria através da proposição de seções e dossiês, e outros são temas que chegam livremente e expressam as discussões que estão sendo realizadas nas universidades e nas ruas.

Já foram publicadas várias análises das temáticas presentes na «REF», e elas também foram se transformando ao longo do tempo, refletindo em certa medida os temas discutidos tanto na academia como no ativismo feminista. Quando Débora Diniz e Paula Foltran escreveram em 2004 o artigo *Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da revista estudos feministas*, analisando os artigos e dossiês publicados entre 1992 e 2002, chegaram à seguinte conclusão:

A análise do material nos permite afirmar que a produção bibliográfica da REF é resultado de atividades femininas, promovidas pelas principais universidades e centros de pesquisa do país, onde

11 Além disso a revista mantém uma página no facebook <https://www.facebook.com/revistaestudosfeministas/>

predominam as cientistas sociais com preferência por métodos qualitativos de pesquisa ou pela discussão teórica. Os principais assuntos discutidos foram divisão sexual do trabalho, análise literária, reprodução e teoria feminista. Há poucos homens autores no campo dos estudos de gênero e feminismo que publicaram na REF, um claro indicativo da divisão sexual do campo no Brasil. Esses poucos que nela publicaram, o fizeram a partir de uma perspectiva das questões masculinas e sobre assuntos com um recorte de masculinidade. A produção bibliográfica na REF é ainda uma atividade solitária com poucos artigos resultantes do trabalho em equipe. Outra característica é o fortalecimento do diálogo internacional, em especial com autoras estadunidenses e francesas, havendo, no entanto, um parco intercâmbio com a América Latina.<sup>12</sup>

Já em 2013, a socióloga Lucila Scavone, em seu *Perfil da REF dos anos 1999 a 2012*, traça uma outra imagem para a revista.<sup>13</sup> Neste período ela demonstra uma curva ascendente na participação de homens como autores da revista, e ainda mais de autoras e autores latino-americanos. Nas temáticas, a autora elaborou a seguinte tabela:

Tabela 1. *Temáticas da REF de 1999 a 2012*<sup>14</sup>

Cidadania, movimentos sociais e política	27%
Cultura, educação e mídia	26%
Corpo, identidade, geração e sexualidade	14%
Migração, trabalhadoras e trabalho	12%
Teorias de gênero	11%
Saúde reprodutiva e sexual	6%
Famílias	4%

Para esta pesquisadora:

12 Débora Diniz, Paula Foltran, *Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da revista estudos feministas «REF»*, 12, 2004, número especial, p. 251.

13 Lucila Scavone, *Perfil da REF dos anos 1999 a 2012*, «REF», 21, 2013, n. 2, pp. 587-593.

14 *Ibidem*, p. 589.

Os dados analisados evidenciam que o perfil temático da REF, entre 1999 e 2012, reafirma o seu compromisso científico-acadêmico e a sua posição política em relação aos movimentos sociais. De fato, observa-se que todos os eixos temáticos da REF em algum momento se relacionam entre si, sobretudo, em determinados temas, conforme demonstrado acima. Isto lhes fortalece constantemente. Os dois primeiros eixos – Cidadania, Movimentos Sociais e Políticas; Cultura, Educação e Mídia – mostram vigor e coerência com os propósitos da política editorial da REF. Por outro lado, constatamos que a REF acompanha novas tendências como a ampliação dos debates sobre sexualidades e teoria queer, os quais tiveram um crescimento significativo no período – com um pico em 2006 e outro em 2011 – mantendo-se regular deste então. Enquanto isto, os temas dos dois primeiros eixos não perderam sua dinâmica interna, ao mesmo tempo que um tema como o Aborto foi retomado em momento-chave do debate público nacional. Destaca-se, por outro lado, a emergência da questão do Meio Ambiente e Ecológica em uma perspectiva de gênero e feminista. Assim, podemos dizer que a REF continua sua Missão de fortalecer, renovar e divulgar a edição do campo científico de estudos feministas e de gênero no país.<sup>15</sup>

Mara Lago também aponta as temáticas da «REF», em suas diversas seções, mostrando uma mudança nessas temáticas de acordo com os debates do campo, tanto os debates militantes e políticos, quanto as questões teórico-metodológicas, que no campo dos estudos feministas e de gênero sempre estão entrelaçadas.<sup>16</sup> Atualmente chamam muito a atenção as questões ligadas às interseccionalidades, ou ao entrelaçamento entre gênero, classe, raça, gerações e capacidades. Uma recente revisitação do feminismo materialista com fundamentos marxistas, e também os estudos decoloniais, além dos ligados aos pós-humano, parecem ser tendência nos artigos enviados à revista nos últimos dois anos. Essas tendências, como mostra Mara Lago, também podem ser observadas nas Seções Debate, cujo objetivo tem sido justamente a discussão das perspectivas epistemológicas mais candentes no feminismo.

15 *Ibidem*, p. 595-596.

16 Mara Lago, *A maioridade da Revista Estudos Feministas: entrelaçando experiências*, in Susana Funck, Luzinete Minella, Gláucia Assis (eds), *Linguagens e narrativas. Desafios feministas*, Tubarão, Ed. Copiart, 2014. pp. 389-405, disponível em [http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/livros\\_eletronicos/25022015-030737miolofg-vol.1.pdf](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/livros_eletronicos/25022015-030737miolofg-vol.1.pdf)

Tabela 2: *Seções debate* da REF, 2005-2017<sup>17</sup>

Vol.	No./Ano	Autora em debate	Tema	Organizadora/s
13	3/2005	Glória Anzaldúa	Mestiçagem	Cláudia de L. Costa Eliana Ávila
14	3/2006	Mary Hawkesworth	Traduções do pós-feminismo	Eliana Ávila Cláudia de L. Costa
17	1/2009	Clare Hemmings	Histórias/ estórias do(s) feminismo(s)	Cláudia de L. Costa
21	2/2013	Deepika Bahri	Feminismos e pós-colonialismos	Cláudia de L. Costa
22	3/2014	Maria Lugones	Feminismos descoloniais para além do humano	Cláudia de L. Costa
25	2/2017	Stacy Alaimo	O Antropoceno, o pós-humano e o novo materialismo: intervenções feministas	Cláudia de L. Costa Susana B. Funck

### *Quem escreve na REF, quem lê a REF*

A «REF» passa por uma crescente internacionalização. Há uma grande participação de autoras e autores latino-americanos, mas também portugueses, espanhóis e de outras nacionalidades na revista. No ano de 2018, por exemplo, dos 104 artigos, ensaios, resenhas e entrevistas publicados pela Revista, 78 foram de autores/as brasileiros/as (70%), seguido por Argentina (6), Espanha (5), Chile (3) e Portugal (3). Autores/as de outros países como Alemanha, Colômbia, França, Índia, Israel, México, Reino Unido, Suíça e Uruguai também publicaram na «REF» em 2018, sendo os/as estrangeiros/as responsáveis por 30% dos artigos publicados nesse ano. Em 2019 foram publicados 83 artigos (resenhas e entrevistas não foram contabilizadas). Destes artigos, 65 foram publicados em português, 14 em

17 Tabela ampliada e adaptada a partir da elaborada por Mara Lago, *A maioria da Revista Estudos Feministas: entrelaçando experiências*, em Susana Bornéo Funck, Luzinete Simões Minella, Gláucia de Oliveira Assis (eds), *Linguagens e narrativas. Desafios feministas*, Tubarão, Ed. Copiart, 2014, p. 396.

espanhol e 4 em inglês. A autoria coletiva é uma realidade também, foram ao todo 130 autoras e autores, sendo 99 brasileiras, 77% ; 7 chilenas, 7 portuguesas, 5 espanholas, 2 moçambicanas, 2 sul-africanas, 2 argentinas, 1 equatoriana, 1 colombiana, 1 mexicana, 1 sueca, 1 cubana e 1 boliviana. A maioria dos artigos coletivos eram de brasileiras, mas alguns juntavam autores de vários países.

Essas autoras e autores são ainda majoritariamente mulheres, o que consideramos muito bom, afinal, é a Revista Estudos Feministas, mas como já destacou Mara Lago, há tempos temos um crescimento de participação de autores homens. São na sua maioria pessoas inseridas em universidades e institutos de pesquisa. Algumas trabalham em ONGs ou órgãos governamentais. A grande maioria são doutoras e algumas são pós-graduandas, normalmente publicando juntamente com suas orientadoras.

Nos faltam dados sobre as leitoras da «REF». Supomos que são em sua maioria mulheres, que estão na academia de alguma forma. Mas não temos dados de idade. Temos alguns dados numéricos. Pelos cálculos das bases de dados, a revista teve em 2018 o seguinte quadro de acessos:

Tabela 3. *Acessos da REF por portal em 2018.*

Portal	Acessos	Downloads
Portal de Periódicos UFSC	569.505	103.548
Scielo	934.097	318.488
Redalyc	46.121	46.121
JSTOR	11.535	11.535
TOTAL	1.561.258	479.692

A REDalyc, portal internacional sediado no México, indica que ela tem acessos em 63 países. Mas cada portal tem sua própria forma de indicar os acessos e é difícil fazer uma avaliação muito precisa.

#### *O feminismo brasileiro atual e a «REF»*

O Brasil é palco hoje de várias batalhas muito acirradas, e uma destas é protagonizada pelo feminismo.

Como em outros países, no final do século XIX e início do XX, tivemos no Brasil um movimento sufragista bastante significativo, envolvendo mulheres de vários estados do país, e que buscavam principalmente a participação política das mulheres e seu acesso à educação.<sup>18</sup> Um segundo marco temporal para o feminismo brasileiro é o ano de 1975, com a instituição do Ano Internacional da Mulher, pela ONU, e com a gradativa volta para o Brasil das “exiladas” que se completou em 1979, com a lei da Anistia.<sup>19</sup> Isso não quer dizer, porém, que o feminismo começou no Brasil nesta data. Ao longo do século XX vários movimentos, ideias e encontros podem ser evocados com relação ao feminismo no Brasil, desde os movimentos sufragistas, a atuação de grupos de mulheres anarquistas, escritoras e ativistas como Maria Lacerda de Moura, Berta Lutz, Rosemarie Muraro, entre outras, que precedem a década de 70. Os feminismos anteriores foram taxados de pequeno-burgueses, elitistas, divisionistas, talvez como uma forma de justificar um “novo feminismo”, que estaria comprometido também com as perspectivas do socialismo e da nova esquerda, que procurava inserir a luta das mulheres como parte da luta política revolucionária, ou pelo menos, contra a ditadura. Esse foi um movimento geral na América Latina, como mostram Sonia Alvarez e suas coautoras em texto bastante conhecido.<sup>20</sup>

Naquele momento de ditadura e “derrota” da esquerda, os movimentos de mulheres pareciam uma possibilidade de organização política, em um cenário bastante restrito. Vários partidos de esquerda investiram nessa ideia. Ou pelo menos suas militantes o fizeram, como explica Hildete Pereira de Mello, que nessa época estava no MDB (o partido de oposição) e mantinha relações com o Partido Comunista Brasileiro.<sup>21</sup> Com certo abrigo da repressão ensejado pela ONU, muitas mulheres que militavam já em grupos informais, em partidos, em movimentos como o Movimento pela Anistia ou o MFPA se organizaram no Centro da Mulher Brasileira

18 Alcileide Cabral do Nascimento, *O bonde do desejo: o Movimento Feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931)*, «REF», 21, 2013, n. 1, p. 41-57, disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100003>>

19 Cristina Wolff, Cintia Crescêncio, Joana Pedro, *Ondas, mitos e contradições: feminismos em tempos de ditaduras no Cone Sul*, in Marcos Rocha (ed.) *Feminismos Plurais*, Fortaleza, Expressão Gráfica, 2016, pp. 53-70.

20 Nancy Sternbach, et al., *Feminisms in Latin America: From Bogotá to San Bernardo*, «Signs», 17, 1992, n. 2, pp. 393-434.

21 Hildete Pereira de Mello, *Entrevista a Joana Maria Pedro*, 2005, Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC.

no Rio de Janeiro, no Centro para o Desenvolvimento da Mulher Brasileira, em São Paulo, nos jornais Brasil Mulher (1975-80), Nós Mulheres (1976-78), Mulherio (1981-88). Segundo Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite,<sup>22</sup> esse momento propiciou que diversas associações de mulheres, não necessariamente feministas, passassem a se organizar e expressar reivindicações, como a das donas de casa, mulheres agricultoras, movimentos por creches e contra o custo de vida, entre outros. Também foi neste período que mulheres negras apareceram como sujeitos políticos no cenário brasileiro.<sup>23</sup> Sobre este período do feminismo e dos movimentos de mulheres brasileiros, vale a pena ver o extenso trabalho de pesquisa do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC, que se materializou em um webdocumentário e um livro eletrônico: [www.mulheresdeluta.ufsc.br](http://www.mulheresdeluta.ufsc.br).<sup>24</sup>

Esse envolvimento dos partidos propiciou, aos poucos, uma certa institucionalização, na medida em que a oposição ia ganhando espaços, com a criação de Conselhos da Condição da Mulher e, depois, de secretarias da mulher, juntamente com delegacias especializadas para atender crimes de violência contra as mulheres, que culminou nos governos do PT com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres com status de Ministério. Muitos desses espaços foram ocupados por feministas, e para algumas interpretações, essa institucionalização foi responsável por uma espécie de desmobilização do movimento. Apesar da grande desconfiança, é impossível negar as possibilidades, leis, financiamentos, que se abriram com essa “institucionalização”.

Esse processo de institucionalização que se iniciou por conselhos estaduais e chegou à criação de uma Secretaria de Políticas para as Mulheres com status de ministério nos governos Lula (2003-2011) e Dilma Rousseff (2012-2016), trouxe alguns recursos importantes para o campo dos estudos feministas. Todas as conquistas foram negociações duras, nunca houve nenhum tipo de concessão fácil neste

22 Amelinha Teles, Rosalina Leite, *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-198)*, São Paulo, Intermeios, 2013.

23 Tianna Paschel, *Becoming black political subjects. Movement and ethno-racial rights in Colombia and Brazil*, Princeton and Oxford, Princeton University Press, 2016.

24 Sobre o feminismo no Brasil no período da Ditadura, entre 1964 e 1985, foi lançado recentemente o Webdocumentário *Mulheres de Luta*, acompanhado de um livro eletrônico. <http://mulheresdeluta.ufsc.br>. Cristina Wolff, Jair Zandoná, Soraia Mello (eds), *Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*, Curitiba, Appris, 2019 (e-book), disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201257>

campo no Brasil. Mesmo os governos de esquerda, nunca priorizaram a questão da desigualdade de gênero. Mas algumas coisas foram muito importantes, especialmente com relação ao combate à violência doméstica e ao feminicídio (Lei Maria da Penha, e Lei do Feminicídio). Também algumas medidas econômicas foram fundamentais, como a política de que as casas distribuídas em programas governamentais como o Minha casa, minha vida, estivessem em nome das mulheres, e as Bolsas família também.<sup>25</sup> Outra política importante foi o incentivo a pesquisas e trabalhos científicos sobre mulheres e gênero, através de editais de financiamento para pesquisas, prêmios para teses e artigos acadêmicos, bem como o financiamento de eventos científicos, realizado pela própria Secretaria através do Programa Mulher e Ciência.

Muito recentemente, principalmente a partir da década de 2010, começaram a aparecer no Brasil outros movimentos que também se reivindicam feministas. Quem são estes feminismos contemporâneos e como eles estão ligados aos movimentos anteriores?

Não existe uma resposta pronta ou fácil para isso. Mas, como diz o blog Think Olga, a propósito da Primavera Feminista de 2015: «O feminismo invadiu as ruas, as rodas de conversa, mas, principalmente, a vida de muitas mulheres que nunca antes imaginaram que assim se reconheceriam».<sup>26</sup> Os grupos e manifestações massivas de mulheres que invadiram as ruas do Brasil não se localizam em uma geração, ou espacialidade. Desde 2011 tivemos marchas das “Vadias”, protagonizadas especialmente por mulheres muito jovens, mas também tivemos a Marcha das Margaridas, das camponesas de todo o país, e em 2015 a Marcha das Mulheres Negras, e os protestos contra Eduardo Cunha e suas leis retrógradas, e milhares de secundaristas invadiram escolas em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul em 2015 e em todo o país em 2016, incluindo aí universidades, com muita discussão de gênero e muita exposição de mulheres jovens. Coletivos de mulheres começam a aparecer nas escolas, nos sindicatos, nas universidades, bairros. Oficinas de anti-princesas, livros infantis com personagens femininas, documentários, grupos de Madalenas teatro das oprimidas. Blogs, imprensa alternativa, grupos de hip hop feminista (Batalha das Mina) e até funkeiras, grupos

25 Sobre isso ver: Walquiria Rego, Alessandro Pinzani, *Liberdade, dinheiro e autonomia. O caso do Bolsa Família*, «Política & Trabalho», 2013, n. 38, pp. 21-42.

26 Luise Bello, *Uma primavera sem fim*, Publicado no Blog Think Olga, 18 de dezembro de 2015, disponível em <http://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/>, consulta em 21/09/2017.



Protesto #EleNão nas ruas de Florianópolis, 30 setembro 2018. Foto: Elaine Schmitt

de dança, batucada feminista, oficinas de cabelo crespo, artesanato. Em 2017, 2018 e 2019, junto com mulheres de toda América Latina, o 8 de Março foi marcado por greves e muitas manifestações, chamadas de 8M, e em 2018 o movimento #EleNão ganhou as ruas de todo o Brasil logo antes das eleições presidenciais.

As Marchas das Vadias ocorreram no Brasil de 2011 a 2016, principalmente nas capitais, mas também em muitas cidades médias do interior. Protestando contra a violência sexual e os comportamentos exigidos das mulheres que são culpabilizadas nos casos de estupro, as marchas tinham uma estética própria, com o uso do corpo desnudo, e comportamentos provocativos para passar a ideia de que “nosso corpo nos pertence” e sua organização se liga às redes sociais e procura ser “horizontal” e desligada de qualquer liderança formal. Essas marchas trouxeram muitas mulheres jovens às ruas, mas também prostitutas, mulheres trans, e como mostra Morgani Guzzo em suas pesquisas, adquiriram significados locais muito particulares.<sup>27</sup>

<sup>27</sup> Morgani Guzzo, *Campos e corpos plurais: os feminismos das Marchas das Vadias no Brasil*, Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019, disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/198991/PICH0206-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>

A Marcha das Margaridas já ocorreu em 2000, 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019.<sup>28</sup> Estas incríveis marchas levaram a Brasília a milhares de camponesas de todo o Brasil, fruto de um processo de organização que se iniciou nos anos 1980. A partir dos anos 1990 estes movimentos iniciam uma aproximação gradual e conflituosa com o feminismo. Hoje muitas dessas mulheres se dizem feministas e se articulam internacionalmente através da Marcha Mundial de Mulheres. Várias organizações de trabalhadores/as rurais participam da organização da Marcha, como a Contag, o MST e o MMC.<sup>29</sup> Em 2019 essa marcha foi precedida pela 1ª. Marcha das Mulheres Indígenas. Segundo Célia Xakriabá, em seu discurso na marcha: «Vai ser nós, mulheres indígenas, com nossos corpos, que vamos descolonizar a sociedade brasileira que tem matado a nossa história e a nossa memória».<sup>30</sup>

A Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver foi realizada em Brasília, em 18 de novembro de 2015, chamada pela Articulação de Mulheres Negras Brasileiras e reuniu cerca de 50 mil mulheres negras. Segundo Luiza Barrios, ex-ministra da Promoção da Igualdade Racial, «Não tem mais como você pensar o país desconsiderando a população negra, que é a maioria da população. Desconsiderando a mulher negra. Sem isso você não estaria fazendo nada, não estaria pensando nada. E a Marcha está dizendo isso».<sup>31</sup>

A chamada Primavera Feminista foi um conjunto de manifestações que teve grande visibilidade midiática, especialmente através das redes sociais. Chamadas através de grupos de facebook, whatsapp e outros, manifestações e campanhas ganharam as mentes e as ruas no ano de 2015 e tiveram continuidades. Essas manifestações foram em geral respostas a uma onda conservadora que se apodera do mundo e que, no Brasil, atualmente ocupa o governo federal e muitos governos estaduais e municipais.

28 Nathalie Lebon, *Popular Feminism at Work: Redistribution and Recognition in the Marcha Mundial das Mulheres in Brazil*, in Emelio Betances, Carlos Figueroa Ibarra (eds), *Popular Sovereignty and Constituent Power in Latin America*, New York, Palgrave Macmillan 2016; Vilenia Aguiar, *Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: Reflexões a Partir Da Marcha Das Margaridas*, «Política & Sociedade», 2016, n. 15 pp. 261-295.

29 Sobre a marcha de 2019, conferir a cobertura do Portal Catarinas, ver p.ex. Paula Guimarães, *As margaridas fazem florescer o desejo de continuar a luta*, 14 agosto 2019. <https://catarinas.info/as-margaridas-fazem-florescer-o-desejo-de-continuar-a-luta/>

30 Ver o vídeo deste discurso incrível em <https://youtu.be/wUn5jaOFrjY>.

31 E-Book *Marcha das Mulheres Negras*, AMNB, disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>, consulta em 22/09/2017.

Aprovada e sancionada por Dilma Rousseff em março de 2015, a lei do feminicídio que tipifica o homicídio de mulheres com motivações de gênero como crime hediondo, passou por discussão inflamada na Câmara de Deputados. O presidente da Câmara, então, Deputado Eduardo Cunha, propôs um projeto que reformulava as leis sobre o aborto, retirando o direito a abortar mesmo em casos de estupro. As discussões envolveram um incidente em que o Deputado Bolsonaro (ex-militar, evangélico e fascista) declarou a uma Deputada do PT, Maria do Rosário, que ele «não a estupraria pois ela não merecia, por ser muito feia». A chamada Primavera Feminista foi assim uma série de marchas, incluindo as grandes manifestações contra Cunha no Rio e em São Paulo, a Marcha das Margaridas, a Marcha das Mulheres Negras e uma série de manifestações virtuais nas redes sociais como a campanha #meuamigosecreto e #meuprimeroassedio, além de uma intensa discussão sobre o uso de um texto de Simone de Beauvoir, com a famosa frase «Não se nasce mulher, torna-se mulher», no ENEM, o exame nacional do ensino médio.

A revista estudos feministas teve grande incremento no número de artigos recebidos e publicados neste período. Foi também um momento em que a revista teve um apoio institucional um pouco maior tanto dentro da Universidade, com a designação de uma servidora técnica-administrativa para sua gestão e uma sala maior, como por parte dos órgãos de fomento brasileiros, especialmente CAPES e CNPq que disponibilizaram pequenos financiamentos, mas que permitiram o funcionamento da revista.

### *O golpe e a luta pelos estudos de gênero*

O próprio golpe de estado de 2016 que retirou a presidenta Dilma através de um processo de impeachment claramente manipulado politicamente, utilizou em grande medida um discurso misógino e antifeminista que acabou por se espalhar pela sociedade. Se há alguns anos ser de direita e expressar ideias machistas, racistas, homofóbicas e elitistas era considerado algo incorreto ou ao menos “de mau gosto”, hoje essas ideias são expressas todos os dias pelo presidente da república, por ministros de estado, e é claro, por radialistas, pastores e pessoas que os seguem.<sup>32</sup>

32 Elen Cristina Geraldine et al. (eds) *Mídia, misógina e golpe*, Brasília, FAC Livros, 2016. Um importante fator nessa “virada antifeminista” no Brasil está associado ao crescimento de igrejas pentecostais. São igrejas evangélicas, formadas recentemente, com forte apelo popular e grande presença na mídia e na política

O discurso da chamada “ideologia de gênero”, que denuncia os estudos de gênero e a noção que desnaturaliza o sexo como algo “antinatural”, contra a família e a religião, e como uma forma de «ensinar as crianças a serem homossexuais», ganha força no discurso agora governamental, e se coloca claramente contra o feminismo e os estudos de gênero.<sup>33</sup>

É por isso que durante as eleições de 2018, com o crescimento da candidatura Bolsonaro, protestos #EleNão se multiplicaram por todo o país. Um grupo no facebook chamado de #MulheresContraBolsonaro foi lançado alcançando mais de 1 milhão de integrantes em menos de uma semana, e a partir daí organizaram manifestações gigantescas.<sup>34</sup> Estas manifestações deixaram muito clara a oposição dos movimentos de mulheres a Bolsonaro. Esta oposição foi usada, porém, pelos partidários do candidato, com imagens falseadas das manifestações ou recortadas das Marchas das Vadias, por exemplo, com mulheres com seios nus, em suas redes de Whatsapp. As feministas, pintadas em imagens estereotipada por diversos setores do governo como feias, lésbicas, peludas, anti-higiênicas (!) e históricas, tornaram-se um dos grandes inimigos a serem combatidas<sup>35</sup>. A Ministra Damare Alves, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, do novo governo promove e participa de eventos voltados às mulheres jovens, em que fala das «armadilhas do feminismo para as mulheres».<sup>36</sup>

Entretanto, as nossas salas de aula, na universidade, nos cursos sobre gênero, são cheias. Cada vez há mais coletivos de mulheres em todos os lugares. A Revista Estudos Feministas nunca foi tão visualizada, nunca teve tantos downloads. Entre 30 de julho e 04 de agosto de 2017 realizamos na UFSC o 13th Women’s Worlds Congress e

brasileira. Ver sobre isso: Magali do Nascimento Cunha, *A hegemonia pentecostal no Brasil*, «Revista Cult», 2 dezembro de 2019: <https://revistacult.uol.com.br/home/hegemonia-pentecostal-no-brasil/>

33 Richard Miskolci, Maximiliano Campana, “*Ideologia de gênero*”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo, «Sociedade & estado», 32, 2017, n. 3, pp. 725-748. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.

34 Ver por exemplo Amanda Rossi, Julia Dias Carneiro, Juliana Gragnani #EleNão A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos, BBC News Brasil em São Paulo, Rio de Janeiro e Londres, 30 setembro 2018, <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>

35 A revista «Capricho», uma revista voltada a um público de mulheres jovens publicou um artigo sobre esse tipo de “fakenews”: <https://capricho.abril.com.br/vida-real/desmentindo-fake-news-sobre-o-feminismo-parte-1/>

36 <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/deputada-de-sc-falara-sobre-armadilhas-do-feminismo-em-evento-do-governo>



Marcha Mundos de Mulheres or Direitos. Florianópolis, 2 agosto 2017. Foto: Comissão de Comunicação do 13º Congresso Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11.

Seminário Internacional Fazendo Gênero 11. Foram apresentados cerca de 3,5 mil trabalhos científicos. Mas quero falar do significado político de termos tido 9651 inscrições. Os movimentos sociais de mulheres, principalmente aqueles que estiveram envolvidos com a organização do 8M foram para o congresso, não somente nos dias de sua realização, mas construíram um espaço de intersecção entre academia e ativismo inédito. Durante todos os dias funcionou no campus uma grande tenda com oficinas, performances artísticas, rodas de conversas, venda de artesanatos e produtos de cooperativas de mulheres. Indígenas, mulheres negras do Brasil e de outros países, marcadamente Moçambique, sindicalistas, agricultoras, secundaristas, estudantes, artistas, circularam pela tenda e pelas salas de conferências, mesas redondas, comunicações. E na quarta-feira tivemos a Marcha Mundos de Mulheres por Direitos, com a participação de cerca de 10 mil pessoas, (<https://youtu.be/0jq8tU1WUj4>).<sup>37</sup>

O grande interesse que vemos hoje na Revista Estudos Feministas, e nos estudos de gênero é, da maneira como vejo esse processo,

37 Sobre a Marcha ver também Cara Snyder, Ana Veiga, Cristina Wolff, *América Latina Vai Ser Toda Feminista: Visualizing & Realizing Transnational Feminisms in the Women's Worlds March for Rights*. «Ada. A Journal of Gender, New Media, and Technology», 2018, n. 14, disponível em <https://adanewmedia.org/2018/11/issue14-snyderveigawolff/>

um movimento de resistência que está em consonância com os novos feminismos e as novas formas de movimentos sociais. Isso aparece nos temas dos artigos, na grande quantidade de artigos que recebemos, nas perguntas que recebemos via as redes sociais, na frequência a nossos eventos e aulas.

O momento atual no Brasil não parece alentador. Um presidente que expressa a todo momento ideias de cunho conservador e mesmo fascista, um congresso majoritariamente composto por deputados conservadores e ligados seja às elites de sempre, seja às forças armadas, seja a igrejas pentecostais da teologia da prosperidade, reformas nas leis trabalhistas e de previdência social que tiram direitos. As universidades federais passaram a ser vistas como ameaças frente ao projeto privatista do governo. As revistas das áreas de humanidades, inclusive a «REF», perderam seu financiamento.

A cientista política belga Chantal Mouffe, em entrevista recente falou sobre essa ascensão do que ela chama «populismos de direita», tanto na Europa quanto na América Latina. Para Mouffe, o caminho possível é a construção de um «populismo de esquerda», que radicalize a democracia, e nesse contexto «é possível pensar que o feminismo será o símbolo de todas as lutas pela radicalização da democracia». <sup>38</sup> Para quem vive na América Latina contemporânea, a cada dia há retrocessos, notícias que abalam aqueles que investiram partes de suas vidas nas lutas por direitos, mas também há um novo sentido de política, uma nova política sendo construída nas ruas, coletivos e nas redes sociais.

Manter a «REF» funcionando, com sua periodicidade, dentro das normas acadêmicas mais rígidas, com qualidade editorial e internacionalização, não é uma tarefa estritamente acadêmica. Ela tem, neste contexto político, um sentido também de resistência aos retrocessos, de suporte aos movimentos das mulheres, dos grupos LGBT+, dos movimentos antirracistas e antifascistas. Com muito trabalho voluntário, muita perseverança, afeto e sabedoria, vamos continuar com esse desafio.

38 Chantal Mouffe, *Diante do avanço do populismo de direita, “o único caminho é desenvolver um populismo de esquerda”*, Entrevista concedida a Sebastian Abrevaya, publicada por *Página/12*, em 25 novembro 2018, tradução de André Langer, 26 novembro 2018, <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584930-diante-do-avanco-do-populismo-de-direita-o-unico-caminho-e-desenvolver-um-populismo-de-esquerda-entrevista-com-chantal-mouffe>, página consultada em 23 janeiro 2019.

**Abstract:** Questo articolo presenta una storia e un'analisi della «Revista Estudos Feministas» («REF»), pubblicata attualmente dalla Universidade Federal de Santa Catarina del Brasile. Oggi è la principale pubblicazione nel campo degli studi di genere, femminismo e sessualità in Brasile ed è una delle principali in America Latina. L'articolo racconta come è nata la rivista, inizialmente pubblicata a Rio de Janeiro, e come ha iniziato a essere pubblicata dall'Universidade Federal de Santa Catarina dal 1999. Le sfide per mantenere una pubblicazione come «REF», la sua qualità e la sua frequenza, sono molte e vanno da questioni tecniche a questioni politiche, specialmente nel momento attuale vissuto dal Brasile. Le lotte femministe continuano e hanno acquisito nuova intensità negli ultimi anni, cosa che si riflette anche nelle pagine della rivista.

This article presents a history and an analysis of «Revista Estudos Feministas» («REF»), published by Federal University of Santa Catarina, in Brazil. «REF» is today the main journal in gender studies, feminisms and sexualities fields in Brazil, and one of the most important in Latin America. The article tells about its beginning, in Rio de Janeiro, and how it became published by Universidade Federal de Santa Catarina since 1999. To maintain a journal like «REF», with quality and frequency, imposes challenges that encompass technical issues and political matters, especially in contemporary Brazil. Feminist struggles continue in recent years and have acquired new intensity, which is reflected in the pages of the journal.

**Keywords:** storiografia femminista, riviste femministe, storia delle donne, studi di genere, femminismo; revista estudos feministas, publicações feministas, revistas feministas; feminist journals, women's history, gender studies, feminism.

**Biodata:** Cristina Scheibe Wolff è Professoressa ordinaria del Dipartimento di Storia della Federal University of Santa Catarina, Brazil. Fa parte della redazione della «Revista Estudos Feministas» («REF»). Le sue recenti ricerche vertono su genere, femminismi e donne nella resistenza alle dittature in Sud America (1960-1985) e nell'uso politico delle emozioni in questo contesto. È autrice di un libro sulla storia delle donne amazzoniche; ha curato diversi volumi e scritto articoli su genere, femminismo e dittature in Sud America (cristiwolff@gmail.com).

Cristina Scheibe Wolff is Full Professor at the History Department of the Federal University of Santa Catarina, Brazil. She is one of the editors of «Revista Estudos Feministas» («REF»). Her recent research focuses on gender, feminisms and women in the resistance to dictatorships in South America (1960-1985) and on the political use of emotions in this context. She is the author of a book on Amazonian women's history, and published books' chapters and articles on gender, feminisms and dictatorships in South America (cristiwolff@gmail.com).